



**CADERNO DE ENCARGOS**  
Concurso Público N.º 15-2025 UALG

**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA O DEPARTAMENTO DE  
ENGENHARIA CIVIL**

## Índice Geral

<b>PARTE I.....</b>	<b>4</b>
CLÁUSULAS JURÍDICAS .....	4
<b>CLÁUSULA 1.ª.....</b>	<b>4</b>
OBJETO .....	4
<b>CLÁUSULA 2.ª.....</b>	<b>4</b>
CONTRATO.....	4
<b>CLÁUSULA 3.ª.....</b>	<b>5</b>
PRAZO.....	5
<b>CLÁUSULA 4.ª.....</b>	<b>5</b>
LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS BENS .....	5
<b>CLÁUSULA 5.ª.....</b>	<b>6</b>
OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO.....	6
<b>CLÁUSULA 6.ª.....</b>	<b>7</b>
GARANTIA.....	7
<b>CLÁUSULA 7.ª.....</b>	<b>7</b>
ENCARGOS COM DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL OU INDUSTRIAL.....	7
<b>CLÁUSULA 8.ª.....</b>	<b>8</b>
VERIFICAÇÃO E ACEITAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO.....	8
<b>CLÁUSULA 9.ª.....</b>	<b>9</b>
OBJETO E PRAZO DO DEVER DE SIGILO .....	9
<b>CLÁUSULA 10.ª.....</b>	<b>9</b>
REGULAMENTO DE PROTEÇÃO DE DADOS.....	9
<b>CLÁUSULA 11.ª.....</b>	<b>10</b>
PREÇO BASE .....	10
<b>CLÁUSULA 12.ª.....</b>	<b>10</b>
PREÇO CONTRATUAL E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....	10
<b>CLÁUSULA 13.ª.....</b>	<b>11</b>
PENALIDADES CONTRATUAIS .....	11
<b>CLÁUSULA 14.ª.....</b>	<b>12</b>
GESTOR DO CONTRATO.....	12
<b>CLÁUSULA 15.ª.....</b>	<b>13</b>
REVOGAÇÃO DO CONTRATO.....	13
<b>CLÁUSULA 16.ª.....</b>	<b>13</b>
RESOLUÇÃO POR PARTE DA ENTIDADE ADJUDICANTE .....	13

<b>CLÁUSULA 17.ª</b> .....	<b>13</b>
RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO.....	13
<b>CLÁUSULA 18.ª</b> .....	<b>14</b>
CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR.....	14
<b>CLÁUSULA 19.ª</b> .....	<b>14</b>
SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL.....	14
<b>CLÁUSULA 20.ª</b> .....	<b>14</b>
COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES.....	14
<b>CLÁUSULA 21.ª</b> .....	<b>15</b>
FORO COMPETENTE.....	15
<b>CLÁUSULA 22.ª</b> .....	<b>15</b>
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	15
<b>PARTE II</b> .....	<b>16</b>
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....	16

**PARTE I**  
**Cláusulas Jurídicas**

**Cláusula 1.ª**

**Objeto**

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto principal a Aquisição de Equipamento para o Departamento de Engenharia Civil em conformidade com as especificações técnicas descritas na parte II.

**Cláusula 2.ª**

**Contrato**

1. O contrato a celebrar será reduzido a escrito, nos termos do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor, sem prejuízo do disposto no artigo 95.º do referido diploma.
2. Fazem parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito, os seguintes documentos:
  - a. Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c. O presente caderno de encargos;
  - d. A proposta adjudicada;
  - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos, de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º deste mesmo diploma legal.
5. Quando a redução do contrato a escrito não seja exigida ou venha a ser dispensada, nos termos previstos no artigo 95.º do CCP, entende-se que o contrato resultará da conjugação do caderno de encargos com a proposta adjudicada, não se podendo, porém, dar início a qualquer aspeto da sua execução antes de decorrido o prazo de 10 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação,

sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 95.º do CCP, e, em qualquer caso, nunca antes da apresentação de todos os documentos de habilitação exigidos, da comprovação da prestação da caução, quando esta for devida, e da confirmação dos compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Prazo**

1. O contrato mantém-se em vigor até à entrega dos bens na Universidade do Algarve, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na Lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

### **Cláusula 4.ª**

#### **Local e condições de entrega dos bens**

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues nas instalações da Universidade do Algarve, entre as 9.30 horas e as 17 horas.
2. O adjudicatário obriga-se a entregar os bens objeto do contrato em conformidade com os termos e especificações estabelecidos no presente caderno de encargos, tendo em conta a respetiva natureza e o fim a que se destinam.
3. Todos os bens objeto do contrato e respetivas peças e componentes devem ser novos.
4. O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, as respetivas fichas técnicas e todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles, em língua portuguesa, exceto se outra for expressamente aceite pela Universidade do Algarve.
5. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
6. O transporte para o local da entrega é da inteira responsabilidade do adjudicatário, ficando este obrigado a recorrer a todos os meios necessários para garantir a segurança e integridade dos bens a transportar, bem como a suportar todos os custos que daí advierem.
7. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

**Cláusula 5.ª****Obrigações principais do adjudicatário**

1. A Segunda Outorgante obriga-se a executar o objeto do Contrato com absoluta subordinação aos princípios de ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, de acordo com a adjudicação.
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e de outras especialmente previstas no presente contrato, da respetiva celebração decorrem para o Segundo Outorgante as seguintes obrigações principais:
  - a. Fornecer os bens conforme os requisitos técnicos, funcionais e ambientais mínimos e condições do fornecimento definidos no Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
  - b. Obrigação de prestar assistência técnica a todos os equipamentos sem quaisquer encargos adicionais para a Primeira Outorgante, com as deslocações ou mão-de-obra, durante o prazo de garantia;
  - c. Fornecer os bens adjudicados, que lhe forem solicitados, nas instalações da Universidade do Algarve, a indicar oportunamente na nota de encomenda;
  - d. Comunicar ao Primeiro Outorgante a nomeação do Gestor do Contrato e quaisquer alterações relativas à sua nomeação;
  - e. Assegurar que para todas as matérias colocadas pelo Primeiro Outorgante ao respetivo Gestor do Contrato, o tempo de resposta não exceda 5 (cinco) dias úteis, nas situações normais e 2 (dois) dias úteis nas situações de resolução urgente;
  - f. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Primeiro Outorgante, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
  - g. Comunicar, antecipadamente, ao Primeiro Outorgante, de forma fundamentada, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens ou o cumprimento de qualquer outra obrigação, obrigando-se, se tal for aceite e oportuno, a restabelecer a prestação ou reparar o incumprimento em prazo razoável;
  - h. Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de aquisição, bem como a situação tributária e perante a segurança social regularizadas;
  - i. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação, a sua situação jurídica ou situação comercial, bem como as alterações aos contratos e moradas indicadas no contrato para a sua gestão.



3. O Segundo Outorgante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das prestações contratuais a que está obrigado.

### **Cláusula 6.ª**

#### **Garantia**

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o Segundo Outorgante garante os bens objeto do contrato, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos a contar da data da fatura, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no Anexo I ao presente contrato.
2. A garantia prevista no número anterior abrange:
  - a. O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
  - b. A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
  - c. A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
  - d. O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
  - e. O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
  - f. A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
  - g. A mão-de-obra.
3. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pelo Primeiro Outorgante e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

### **Cláusula 7.ª**

#### **Encargos com direitos de propriedade intelectual ou industrial**

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato celebrado, de direitos de propriedade intelectual ou industrial, nos termos do artigo 447.º do CCP.

**Cláusula 8.ª****Verificação e aceitação do objeto do contrato**

1. Sem prejuízo de outras diligências especialmente previstas nas especificações técnicas descritas no caderno de encargos, uma vez entregues os bens objeto do contrato, o Primeiro Outorgante, por si ou através de terceiro por ele designado, procede à análise quantitativa e qualitativa dos bens entregues, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos reúnem as características e requisitos técnicos e operacionais definidos no caderno de Encargos – Especificações Técnicas, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Na análise a que se refere o número anterior, o Segundo Outorgante deve prestar ao Primeiro Outorgante toda a cooperação e esclarecimentos necessários.
3. No caso da análise a que se refere o n.º 1 não comprovar a total conformidade dos bens entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com os termos e condições definidos no presente contrato, o Primeiro Outorgante informará, por escrito, o Segundo Outorgante.
4. No caso previsto no número anterior, o Segundo Outorgante deve proceder, à sua custa, no prazo razoável que for determinado pelo Primeiro Outorgante, aos ajustamentos e/ou complementos necessários para garantir a conformidade dos bens e o integral cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
5. Após a realização dos ajustamentos e/ou complementos necessários pelo Segundo Outorgante, no prazo respetivo, o Primeiro Outorgante procede a nova análise, nos termos do n.º 1.
6. Caso a análise a que se refere o n.º 1 comprove a total conformidade dos bens entregues com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com os termos e condições definidos no presente contrato, será emitido o pagamento da fatura pelo Primeiro Outorgante.
7. Com a emissão do pagamento a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para o Primeiro Outorgante bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o Segundo Outorgante.
8. O pagamento da fatura não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos bens entregues com exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente contrato, que não eram visíveis nem foram detetados durante o período de verificação, mas que se confirma serem anomalias resultantes, nomeadamente, do processo de fabrico, transporte e/ou instalação.



**Cláusula 9.ª****Objeto e prazo do dever de sigilo**

1. O adjudicatário deve guardar sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando as condições estabelecidas no presente contrato ou informações e documentação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Universidade do Algarve, que no âmbito da formação e da execução do contrato, possa ter conhecimento, incluindo os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros neles envolvidos, salvo com o consentimento expresso do Universidade do Algarve.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destino direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente, até autorização expressa em contrário pela Universidade do Algarve, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

**Cláusula 10.ª****Regulamento de Proteção de Dados**

1. O adjudicatário obriga-se a cumprir o disposto em todas as disposições legais aplicáveis em matéria de tratamento de dados pessoais, no sentido conferido pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (“Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados”) e demais legislação comunitária e nacional aplicável, em relação a todos os dados pessoais a que aceda no âmbito dos serviços a prestar ao abrigo do contrato a celebrar.
2. O adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra pessoa, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tiver acesso ou lhe forem transmitidos pela Universidade do Algarve ao abrigo do contrato a celebrar, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela Universidade do Algarve ou pelos titulares dos dados no exercício dos seus respetivos direitos.

3. O adjudicatário obriga-se a pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da Universidade do Algarve contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais.
4. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
5. O adjudicatário compromete-se a que o acesso aos dados pessoais tratados ao abrigo do contrato a celebrar será estritamente limitado ao pessoal que necessitar de ter acesso aos mesmos para efeitos de cumprimento das obrigações assumidas.
6. O adjudicatário obriga-se a comunicar à Universidade do Algarve qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados pessoais ou de algum modo dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados, devendo ainda tomar todas as medidas necessárias e ao seu alcance para a fazer cessar de imediato.
7. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Universidade do Algarve vier a incorrer em consequência do tratamento, por si ou pelo seu pessoal, de dados pessoais ou em violação das normas legais aplicáveis, quando tal violação seja imputável ao adjudicatário e solidária com o pessoal no âmbito do serviço prestado, quando a violação seja imputável à atuação destes últimos.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Preço base**

1. O preço base do presente procedimento é € 84.383,00 (oitenta e quatro mil, trezentos e oitenta e três euros), nos termos do artigo 47.º do CCP corresponde ao montante máximo que a Universidade do Algarve se dispõe a pagar.
2. Ao valor referido no número anterior acresce o IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Preço contratual e condições de pagamento**

1. Pela prestação objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes no presente contrato, o Primeiro Outorgante deve pagar ao Segundo Outorgante o preço contratualmente fixado, nos termos da presente cláusula.
2. O encargo total estimado com a celebração do presente contrato é € 103.791,09 (cento e três mil, setecentos e noventa e um euros e nove cêntimos), dos quais € 84.383,00 (oitenta e quatro mil,

- trezentos e oitenta e três euros) dizem respeito ao valor dos bens a fornecer e € 19.408,09 (dezanove mil, quatrocentos e oito euros e nove cêntimos) ao Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa de 23%.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Primeiro Outorgante, designadamente, com alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
  4. A quantia devida pela Universidade do Algarve deve ser paga após a receção da(s) respetiva(s) fatura(s), nos termos do n.º 4 do artigo 299.º do CCP, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e desde que cumpridas as formalidades legais exigidas.
  5. Em caso de discordância por parte do Primeiro Outorgante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Segundo Outorgante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
  6. Independentemente do referido nos números anteriores, os pagamentos a efetuar ao abrigo do objeto do contrato só serão efetuados depois de verificados todos os formalismos legais a que obedecem as despesas públicas.

### **Cláusula 13.ª**

#### **Penalidades contratuais**

1. O incumprimento das obrigações emergentes do contrato, por razões imputáveis ao Segundo Outorgante, confere ao Primeiro Outorgante o direito à aplicação de sanção pecuniária, a fixar em função da gravidade do incumprimento, designadamente:
  - a. Pelo incumprimento, cumprimento defeituoso ou mora no cumprimento das datas e prazos da prestação dos serviços objeto do contrato, até 10% do preço contratual;
  - b. Pelo incumprimento, cumprimento defeituoso ou mora no cumprimento das demais obrigações emergentes do Caderno de Encargos até 5% do preço contratual; [devem ser melhor ajustadas/desenvolvidas as penalidades que se entendam ser as que melhor se adequam ao caso concreto]
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Primeiro Outorgante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Segundo Outorgante e as consequências do incumprimento.
3. A acumulação das penas pecuniárias previstas na presente cláusula não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo da resolução do contrato nos termos legais.

4. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o Primeiro Outorgante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
5. Para efeitos dos limites previstos nos n.ºs 3 e 4, quando o contrato previr prorrogações expressas ou tácitas, o valor das sanções a aplicar deve ter por referência o preço do seu período de vigência inicial.
6. Considera-se haver incumprimento definitivo, suscetível de aplicação da sanção de resolução sancionatória quando, após notificação e concessão de prazo para o cumprimento da obrigação em falta, o Segundo Outorgante continue a incorrer em incumprimento.
7. O Primeiro Outorgante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
8. As penas pecuniárias eventualmente aplicáveis ao Segundo Outorgante não obstam a que o Primeiro Outorgante exija uma indemnização pelo dano excedente.
9. Em caso de atraso do Primeiro Outorgante no cumprimento das suas obrigações pecuniárias, o Segundo Outorgante tem direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Gestor do contrato**

1. A Universidade do Algarve procederá à designação de um ou mais gestores do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP.
2. Cabe ao gestor do contrato exercer as competências que expressamente decorram da lei, bem como as que lhe sejam atribuídas pela Universidade do Algarve, em matéria de acompanhamento da execução e verificação do cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais assumidas pelo adjudicatário.
3. No desempenho das suas funções o Gestor do Contrato tem direito de acesso e consulta a toda a documentação relacionada com as atividades objeto do presente procedimento.
4. Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.
5. O adjudicatário obriga-se a cooperar com o Gestor do Contrato, designado pela Universidade do Algarve, na prossecução das atividades de acompanhamento que este tem a seu cargo.

**Cláusula 15.ª****Revogação do contrato**

O contrato pode ser revogado, a todo o tempo, por acordo escrito, assinado pelos legais representantes de ambas as partes, do qual deve constar a referência ao contrato e seus aditamentos, bem como a data de início da produção de efeitos da revogação.

**Cláusula 16.ª****Resolução por parte da entidade adjudicante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Universidade do Algarve pode resolver o contrato no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.
3. Sem prescindir do disposto nos números anteriores, incumprimento, por parte do adjudicatário, confere à Universidade do Algarve, nos termos gerais de direito, o direito às correspondentes indemnizações legais.

**Cláusula 17.ª****Resolução por parte do adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando:
  - a. Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
2. O direito de resolução é exercido por via judicial nos termos da Cláusula 21.ª.
3. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Universidade do Algarve, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

**Cláusula 18.ª****Casos fortuitos ou de força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar, que se reconduzem expressamente a tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas, exceto as que resultem de incumprimentos de deveres e normas legais a que está obrigado.
2. A parte que invoca casos fortuitos ou de força maior deve comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
3. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

**Cláusula 19.ª****Subcontratação e cessão da posição contratual**

O adjudicatário não poderá subcontratar ou ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem autorização prévia e por escrito da Universidade do Algarve, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos.

**Cláusula 20.ª****Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser aprovadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domínio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

**Cláusula 21.ª****Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes da interpretação ou execução do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

**Cláusula 22.ª****Legislação aplicável**

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor, e demais legislação específica aplicável.



## PARTE II

## Especificações Técnicas

As presentes Especificações Técnicas são parte integrante do Caderno de Encargos do procedimento para Aquisição de Equipamento para o Departamento de Engenharia Civil.

As marcas, modelos e identificação das características dos vários equipamentos são apenas indicativas da qualidade e funcionalidades pretendidas nos equipamentos, não se pretendendo restringir o acesso equitativo dos proponentes ou criar obstáculos à concorrência.

## Betões

Item	Designação
1	Conjunto completo para o ensaio do Cone de Abrams, conforme norma EN12350-2, incluindo: 1 cone, 1 funil, 1 tabuleiro, 1 pilão, 1 régua graduada e 1 colher (corredoura). UTEST UTC-0400.E (ou equivalente)
2	Conjunto formado por 15 (quinze) moldes em PVC conforme norma EN12390-1, para provetes de betão com 15x15x15cm, não desmontáveis, sendo a desmoldagem feita por meio de ar comprimido injetado em orifício situado na base dos moldes. UTEST UTC-0820 (ou equivalente)
3	Mesa de espalhamento para ensaios de fluência, conforme norma EN12350-5, completa com 1 funil e 1 pilão de madeira. UTEST UTC-0510 (ou equivalente)
4	Conjunto formado por 1 peneiro com 300mm de diâmetro, em aço inox, com as aberturas em chapa perfurada com 5,00mm conforme norma ISO3310-2 e 1 fundo em aço inox, com 300mm de diâmetro, destinado ao ensaio de segregação dos betões auto-compactáveis conforme norma EN12350-11. UTEST UTC-0518 (ou equivalente)
5	Anel em “J” para a determinação da fluência dos betões auto-compactáveis conforme normas EN12350-2, 12350-8 e 12350-12. Inclui 1 tampo, 1 funil e 1 anel em aço inox. UTEST UTC-0520 (ou equivalente)
6	Caixa em “L” para o ensaio de determinação do coeficiente de escoamento dos betões auto-compactáveis conforme norma EN12350-10. Estrutura em aço pintado com sistema basculante. UTEST UTC-0545 (ou equivalente)

7	Consistómetro de VEBE conforme norma EN12350-3 para a determinação da consistência dos betões frescos sujeitos a vibração. Fornecido com 1 mesa vibratória, 1 cone, 1 funil e 1 pilão (slump t.). UTEST UTC-0560.E (ou equivalente)
9	Mesa vibratória com capacidade para 2 (dois) moldes cúbicos com 15x15x15cm conforme norma EN12390-2. Construída em aço e revestida a pintura resistente. Estrutura muito robusta sendo a fixação dos moldes por meio de um parafuso vertical com uma moldura superior e porca de aperto. UTEST UTC-0900.E-T (ou equivalente)
10	Mesa vibratória com capacidade para 6 (seis) moldes cúbicos com 15x15x15cm conforme norma EN12390-2. Construída em aço e revestida a pintura resistente. Estrutura muito robusta sendo a fixação dos moldes por meio de um parafuso vertical com uma moldura superior e porca de aperto. UTEST UTC-0910.E-T (ou equivalente)
11	Esclerómetro pendular para ensaios de resistência nos betões leves, argamassas e outros materiais brandos, conforme normas EN12504-2 e ASTM C805. Gama de leitura de 1 a 5 N/mm <sup>2</sup> . Leitura mecânica com escala analógica. Inclui mala de transporte e pedra de polimento. PROCEQ SCHMIDT OS-120PT (ou equivalente)
12	Equipamento portátil e digital (com tecnologia WIRELESS) para a avaliação in-situ da integridade em elementos estruturais no betão e outros materiais pelo método de impacto-echo PIT. NOVATEST P-8000 (ou equivalente)
13	Equipamento POROSCOPE para ensaio expedito de determinação da permeabilidade aparente dos betões ao ar e à água. PROETI HR-511 (ou equivalente)
15	Pistola WINDSOR para ensaios nos betões conforme normas ASTM C803, C803M e BS1881:2007 para a avaliação da resistência pelo método de penetração sendo considerado como ensaio não destrutivo. O conjunto é fornecido com 1 pistola, 1 dispositivo digital de verificação, 1 mala de transporte, 1 kit de manutenção, 1 embalagem com 75 cargas SILVER e 1 embalagem com 75 cargas GOLD. GILSON WPA-1B+WPA-2B+WPA-3B (ou equivalente)
16	Funil em “V” para a determinação do tempo de fluência dos betões frescos auto-compactáveis conforme norma EN12350-9. Inclui 1 funil de aço inox e respectivo suporte metálico. UTEST UTC-0540 (ou equivalente)

**Equipamentos Gerais / Cimentos / Argamassas**

Item	Designação
1	Banho de limpeza por ultrassons, para peneiros e outros equipamentos de laboratório, com tanque em aço inox AISI-304 com capacidade de 30 litros e dimensões úteis 530x325x200mm. Possui controlo e regulação digital do tempo e da temperatura. Fornecido com 1 tampa e 1 torneira de escoamento. Alimentação AC220V/50Hz. VEVOR 7RD-30 (ou equivalente)
2	Conjunto de 2 (dois) peneiros com 200mm de diâmetro e 50mm de altura, em aço inox, conforme ISO3310-1, com as aberturas em malha de arame inox com respetivamente, 0,063mm e 0,125mm. Fornecidos com certificado de conformidade EU e certificado de calibração a emitir por entidade nacional acreditada. FILTRA 200x50/ISO3310-1/0,063+0,125/CAL-CATIM (ou equivalente)
3	Peneiro para lavagem em aço inox, com 200mm de diâmetro e 100mm de altura. A malha de aço inox tem aberturas de 0,063mm conforme ISO3310-1. Fornecido com certificado de conformidade EU. FILTRA WASH-200x100-0063/ISO3310-1 (ou equivalente)
4	Frasco de Le Chatelier, em vidro, graduado em conformidade com as normas EN196-6, 450-1 e 15617-1. UTEST UTCM-0003 (ou equivalente)
5	Conjunto para o ensaio de Le Chatelier na cal hidráulica e no cimento conforme normas EN196-3, 450-1, 459-2 e ISO9597. Inclui 3 moldes, 6 placas de vidro com 50x50mm, 1 peso de 300g, 3 pesos de 100g, 1 vareta de 17mm de diâmetro e 70g de peso, 1 régua graduada e 1 mala para acondicionar e transportar os elementos. UTEST UTCM-0014 (ou equivalente)
6	Banho termostático para ensaios Le Chatelier, conforme normas EN196-3, 450-1, 459-2 e ISO9597. O tanque é em aço inox, com tampa e tabuleiro inferior também em aço inox com capacidade para acomodar 10 moldes. Possui termostato regulável e interruptor ON/OFF. Alimentação AC220V/50Hz. UTEST UTCM-0016 (ou equivalente)
7	Molde triplo para ensaios de retração e expansão conforme normas EN12617-4 e 12808-4. Fabricados em aço especial com dureza superior a HV400. Para provetes com 40.1x40x160mm.  Fornecido com 18 pinos de aço para os topos do molde; 1 vareta de referência em aço indeformável com 160mm de comprimento e 6mm de diâmetro para aferir o molde e 1 espátula de madeira com 200x38x15mm para a preparação do molde.  UTEST UTCM-0029.E+0030.E+0031.E+0032.E (ou equivalente)

8	<p>Pórtico para medir a expansão e retração com base, colunas e travessa superior e equipado com 1 comparador digital. Para provetes prismáticos com 40x40x160mm e conforme normas EN1367-4, EN12617-4 e EN12808-4.</p> <p>UTEST UTCM-0200 (ou equivalente)</p>
9	<p>Pórtico para medir a expansão e retração com base, colunas e travessa superior e equipado com 1 transdutor de deslocamentos e com 1 data logger com display digital. Para provetes prismáticos com 40x40x160mm e conforme normas EN1367-4, EN12617-4, EN12808-4.</p> <p>UTEST UTCM-0210 (ou equivalente)</p>
10	<p>Permeabilímetro de BLAINE, automático e digital conforme norma EN196-6. Inclui display LCD a cores, 1 frasco de 250mm com líquido manométrico, 1 célula completa com disco perfurado e pistão, 1 funil de plástico, 100 filtros de papel e certificado de conformidade CE.</p> <p>Líquido manométrico para BLAINE. Embalagem com 250ml.</p> <p>Filtros de papel para BLAINE. Embalagem com 1000 unidades.</p> <p>Areia FINA para a calibração BLAINE. Embalagem com 100g.</p> <p>Areia GROSSA para a calibração BLAINE. Embalagem com 100g.</p> <p>UTEST UTCM-0280 (ou equivalente)</p>
11	<p>Mesa para ensaios de fluência para a determinação da consistência das argamassas conforme normas EN459-2 e EN1015-3. Equipada com motor eléctrico, programador digital de pancadas, 1 molde e 1 pilão.</p> <p>O prato é em aço inox com 300mm de diâmetro. O molde cónico é em latão niquelado com 100mm de diâmetro na base, 70mm de diâmetro no topo e 50mm de altura.</p> <p>UTEST UTCM-0663.E (ou equivalente)</p>
12	<p>Misturadora automática e programável conforme normas EN196-1, 196-3, 413.2, 459.2, 581.1, 1015.2 e 12617-4. Possui alimentador automático de areia, cuba de aço inox com 5 litros de capacidade e pá misturadora. O motor eléctrico imprime movimento de rotação de 140 e 285 RPM e movimento planetário de 62 e 125 RPM. Fornecida com uma embalagem de areia calibrada com 1350g. Alimentação AC220V.</p> <p>UTEST UTCM-0885.E + UTCM-0880 (ou equivalente)</p>
13	<p>Mesa de batidas conforme norma EN196-1, com motor eléctrico e programador digital programável. A mesa possui amarração para 1 molde triplo (opcional). Fornecida de fábrica com a mesa montada dentro de uma câmara insonorizada conforme recomendação EN.</p> <p>UTEST UTCM-0891-T (ou equivalente)</p>
14	<p>Câmara de cura com capacidade para 1000 litros e em conformidade com a norma EN196-1. Para colocar provetes de argamassas e de outros materiais. Possui um programador e controlador digital para manter a temperatura em <math>+ 20^{\circ}\text{C} \pm 1^{\circ}\text{C}</math>. Um sistema de aquecimento por imersão e uma unidade de refrigeração estão incluídos. Toda a câmara (interior e prateleiras amovíveis, são em aço inox. A humidade é mantida</p>

	em 95% RH através da saturação por meio de nebulizadores no interior da câmara. Um display digital mostra os valores de temperatura e de humidade. Alimentação AC220V/50Hz. UTEST UTCM-1100 (ou equivalente)
15	Cone de fluência conforme norma EN445. Fornecido com 1 funil metálico com 1 ponteira metálica de 10mm de diâmetro, 1 copo de 1000ml graduado em plástico, 1 peneiro de aço inox com malha de arame de 1,5mm com diâmetro adequado ao topo do funil, 1 suporte universal com haste, base, noz de aperto e aro de apoio para o funil e 1 conjunto extra com 4 ponteiras metálicas com diâmetros de 8mm, 9mm, 11mm e 13mm. UTEST UTCM-0700.E+0702.E+0703.E+0705.E+0706.E (ou equivalente)

Condições:

- A embalagem, o transporte e a entrega deverão estar incluídos nos preços apresentados.
- A instalação e formação deverão estar incluídos nos preços.
- Deverão estar incluídos os manuais de operador e certificados CE de conformidade dos equipamentos cuja legislação o obrigue.
- A garantia é de 36 (trinta e seis meses) contra defeitos de fabrico. Estão excluídos os itens considerados como consumíveis e de desgaste rápido.